



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 099/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 060/2025

OBJETO: Contratação de Empresa para realizar serviço de instalação da rede de abastecimento de água no Distrito Industrial nas ruas Pedro Lopes Escobar e Rua Basilio Argenta se faz necessário para que as empresas consigam se instalar nos terrenos licitados no processo de Concorrência 001/2024, conforme determina a LEI MUNICIPAL Nº 1.670, DE 25/04/2013, Art. 5º.

CONTRATADA: CONSTRUTORA ARAUJO LTDA

CNPJ Nº: 41.736.353/0001-31

ENDEREÇO: RUA 15 DE NOVEMBRO 1115, BAIRRO SANTA HELENA RONDA ALTA RS CEP: 99670-000.

VALOR: R\$8.360,00 (OITO MIL TRECENTOS E SESSENTA REAIS).

LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:

O presente instrumento de DISPENSA DE LICITAÇÃO tem como objetivo a contratação de empresa para prestar serviço de instalação da rede de abastecimento de água no Distrito Industrial nas ruas Pedro Lopes Escobar e Rua Basilio Argenta se faz necessário para que as empresas consigam se instalar nos terrenos licitados no processo de Concorrência 001/2024, conforme determina a LEI MUNICIPAL Nº 1.670, DE 25/04/2013, Art. 5º.

A empresa CONSTRUTORA ARAUJO LTDA deverá oferecer os seguintes produtos:

Item	Descrição do item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviço de mão de obra para realizar a instalação da rede de abastecimento de água no Distrito Industrial nas ruas Pedro Lopes Escobar e Rua Basilio Argenta, conforme determina a Lei Municipal nº 1.670 de 25/04/2013, art. 5º.	1	R\$8.360,00	R\$8.360,00

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos. No ano de 2021 foi sancionada a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a qual veio para substituir a antiga lei, e tem um prazo de 02 anos para adequação e uso obrigatório. Com isso, durante este tempo os órgãos públicos podem optar entre as duas em seus processos licitatórios.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações desnecessárias e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as chamadas Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

A Dispensa de Licitação para realizar serviço de mão de obra para realizar a instalação da rede de abastecimento de água no Distrito Industrial nas ruas Pedro Lopes Escobar e Rua Basilio Argenta, conforme determina a Lei Municipal nº 1.670 de 25/04/2013, art. 5º, encontra amparo legal no art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.

FUNDAMENTO LEGAL:

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;”

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236) ¹

¹ JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”

RAZÕES: **DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Lei 14.133/21:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

[...]

VI – razão da escolha do contratado;”

A escolha desta Administração Municipal para a contratação de empresa para prestar serviço de mão de obra para realizar a instalação da rede de abastecimento de água no Distrito Industrial nas ruas Pedro Lopes Escobar e Rua Basílio Argenta, conforme determina a Lei Municipal nº 1.670 de 25/04/2013, art. 5º, **CONSTRUTORA ARAUJO LTDA** é porque dentre todos os orçamentos pedidos a empresa foi o menor valor proposto.

DO PREÇO: Lei 14.133/21:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

[...]

VII – justificativa de preço;”

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a contratação sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

Tal contratação se faz necessária em caráter de urgência, tendo em vista a necessidade de realização desse serviço, para que as empresas possam se instalar nos terrenos licitados pela Concorrência 001/2024.

Justifica-se a contratação:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

Justifica-se a contratação de empresa especializada para a instalação de uma rede de abastecimento de água potável, para atender a demanda do Distrito Industrial, devido ser um investimento essencial para que as empresas possam se instalar nos terrenos licitados conforme determina a Lei Municipal nº 1.670 de 25/04/2013 em seu Art.5º.

RONDA ALTA/RS, 10 de fevereiro de 2025.

Nelci Antônio Martinelli
Secretário de Industria Comercio e Turismo

MARCOS MIGUEL BEUX
Prefeito Municipal